

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23428	30353/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DE [APOIOS SOCIAIS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**MINUTA DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO
DE BRAGA
NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ...**

ENTRE:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506901 173, com sede na Praça do Município, em Braga, neste ato validamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo | à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, como primeiro outorgante;

E

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE..., pessoa coletiva n.º ..., com sede na, representado pelo/a Diretor/a do Agrupamento de Escolas, ..., no uso das competências previstas nos artigos 18 e seguintes, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 02 de julho, n.º 3 do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (na sua redação originária), como segundo outorgante;

É celebrado o presente **CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto a delegação das seguintes competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, doravante apenas designada como Diretor, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da Educação, estabelecido no n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.
2. O contrato de delegação de competências abrange a gestão do refeitório escolar e a confeção e fornecimento das refeições para os elementos da comunidade educativa da Escola Básica de ..., com procedimentos a serem desenvolvidos pelo agrupamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e n.º 1. e 2º do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.



Cláusula 2.ª

Princípios

O presente contrato de delegação de competências baseia-se nos seguintes princípios:

1. Igualdade de oportunidade e equidade;
2. Eficácia e melhoria dos resultados educativos;
3. Estabilidade;
4. Prossecução do interesse público;
5. Continuidade da prestação do serviço público;
6. Necessidade de suficiência dos recursos;
7. Subsidiariedade;
8. Não aumento da despesa pública global;
9. Eficiência da gestão de recursos;
10. Autonomia na gestão escolar;

Cláusula 3.ª

Direitos e Obrigações

1. Os outorgantes têm direitos e deveres de consulta e informação recíprocos.
2. Os outorgantes comprometem-se a realizar reuniões, com a regularidade a definir, para ser assegurada a articulação, o acompanhamento e monitorização da matéria visada no presente contrato, de forma a que, em conjunto, possam garantir a integral observância dos fins a que se destina.
3. O Município de Braga obriga-se a transferir para o Agrupamento de Escolas de... os valores das receitas obtidas no âmbito do serviço de refeições escolares servidas na Escola Básica ..., provenientes dos pagamentos por parte da comunidade educativa e DGEstE, e se tal ocorrer, bem como em sede da ação social escolar.
4. O Agrupamento de Escolas de... obriga-se a garantir uma boa gestão e aplicação das verbas para os fins a que se destinam e a assegurar o pagamento que resulta dos contratos de aquisição de bens e serviços, em estreita colaboração com o Município de Braga.
5. O Agrupamento de Escolas de... obriga-se a enviar, mensalmente, ao Município de Braga evidências dos encargos respeitantes à gestão e fornecimento de refeições escolares.
6. O Agrupamento de Escolas de... obriga-se a cumprir todas as regras legais e regulamentares aplicáveis ao objeto do presente contrato, designadamente



as previstas no n.º 1, 2,4 e 5 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Cláusula 4.ª

Refeitórios Escolares

1. A Câmara Municipal, no uso da sua competência prevista no n.º 1 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro na redação atual, delega no Diretor:
 - a) A gestão do funcionamento do serviço de refeições;
 - b) Assegurar a confeção e fornecimento de refeições escolares;
 - c) A definição das condições de utilização do refeitório escolar;
 - d) A implementação dos procedimentos que conduzam à melhoria contínua da prestação do serviço de refeições;
 - e) A definição do horário do refeitório;
 - f) O estabelecimento de normas, regras e disciplina a incutir aos alunos, assim como hábitos alimentares saudáveis e equilibrados;

Cláusula 5.ª

Refeições

1. As refeições fornecidas no âmbito do objeto do presente protocolo, deverão ser confeccionadas tendo em conta:
 - a) As capitações a praticar e a Lista de Alimentos Autorizados são as definidas pela Direcção-Geral da Educação (DGE) para os refeitórios escolares, designadamente a Circular n.º 3097/DGE/2018, de 08/08/2018, e as que lhe sucedam, que preconiza nas suas orientações, sobre ementas em refeitórios escolares, uma dieta mediterrânica, recomendando-se, a possibilidade de poderem ser servidas ementas alternativas, quando devidamente justificadas por prescrição médica.
 - b) Deverão ser servidas ainda ementas alternativas, por motivos religiosos e dieta vegetariana, carecendo apenas de declaração do/a Encarregado/a de Educação, no início do ano letivo, no momento da inscrição no serviço de refeição, e sempre que a situação se modifique, tendo em conta as recomendações da Direcção-Geral de Saúde, o parecer da Provedoria de Justiça acerca do assunto e a legislação existente nesta matéria (Lei n.º 11/2017, de 17 de abril). Nestas situações, sempre que possível, deve manter-se a matéria-prima da ementa do dia e cuidando para que os sucedâneos cumpram os requisitos nutricionais estabelecidos.



2. A composição da ementa diária de dieta mediterrânica, deve ser a seguinte:

- a) Uma sopa de vegetais frescos, tendo por base batata, legumes ou leguminosas, nas capitações e com a frequência máxima prevista pela DGE;
- b) Um prato de carne ou de pescado, em dias alternados, com os acompanhamentos básicos da alimentação, mas tendo que incluir, obrigatoriamente, legumes adequados à ementa;
- c) Os legumes crus devem ser servidos, diariamente, no mínimo de três variedades;
- d) Para tempero dos alimentos pode ser disponibilizado azeite virgem extra, vinagre e/ou vinagre balsâmico;
- e) Um pão de “mistura” embalado, de acordo com Lista dos Alimentos Autorizados pela DGE;
- f) Uma sobremesa constituída, diariamente, por fruta variada da época e a opção doce estará disponível, quinzenalmente;
- g) Água (única bebida permitida) servida, diretamente, da rede pública.

3. A composição da ementa diária de dieta vegetariana, deve ser a seguinte:

- a) Uma sopa de vegetais frescos, tendo por base batata, legumes ou leguminosas, nas capitações e com a frequência máxima prevista pela DGE;
- b) Um prato constituído por uma fonte proteica de origem vegetal (as leguminosas), tofu, seitan, acompanhamentos fornecedores de hidratos de carbono, como os cereais ou derivados (arroz, massa, cuscuz, mandioca, ou outros...), ou tubérculos (batata, batata doce...) e por produtos hortícolas (crus ou cozinhados).
- c) Os legumes crus devem ser servidos, diariamente, e preparados com as quantidades corretas, no mínimo três variedades por dia;
- d) Para tempero dos alimentos pode ser disponibilizado azeite virgem extra, vinagre e/ou vinagre balsâmico;
- e) Um pão de “mistura” embalado, de acordo com Lista dos Alimentos Autorizados pela DGE;
- f) Simultaneamente, com as 3 variedades de fruta, pode ainda haver doce, quinzenalmente, sem recurso a laticínios, mas sim a alternativas vegetais;
- g) Água (única bebida permitida) servida, diretamente da rede pública.



4. Na descrição da ementa deve ser referido de forma clara qual o tipo de carne ou peixe presente, assim como o acompanhamento, os legumes/saladas presentes e o método culinário utilizado.
5. A oferta de carne, pescado e acompanhamentos deve ser variada, com alternância diária.
6. As ementas devem ser elaboradas por tipo de refeição, tendo em conta a sazonalidade e a disponibilidade dos géneros alimentícios (Anexo A).
7. A ficha técnica e nutricional de cada ementa deverá ser elaborada e arquivada em pasta própria, nos refeitórios escolares, para consulta.
8. Os alimentos que não constam da Lista de Alimentos Autorizados pela DGE, não podem ser utilizados na composição das ementas já definidas.
9. As ementas devem privilegiar métodos de confeção/temperos compatíveis com a faixa etária dos alunos, sendo para tal necessário utilizar baixos teores de sal, gordura, açúcar e promover o consumo de fibras (variadas) e de produtos em natureza. Estão impedidos os produtos concentrados, designadamente o uso de fécula, base de legumes pré-preparada, puré de batata instantâneo ou seus sucedâneos, na composição das sopas.
10. Nos planos de ementas deve constar informação sobre a possível utilização ou presença dos alergénios definidos na legislação, em cada uma das refeições servidas.

Cláusula 6.ª

Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros destinados à execução do presente contrato são disponibilizados pelo primeiro outorgante e transferidos para o segundo outorgante, mediante o cumprimento pelo segundo outorgante das competências delegadas e documentadas em relatório a entregar no final de cada mês e cujo modelo será fornecido pelo primeiro outorgante.
2. Toda a documentação associada à gestão dos refeitórios deve permitir evidenciar os encargos inerentes à confeção e à venda de refeições.
3. A receita das refeições deve ser, mensalmente, transferida pelo primeiro outorgante para a conta do Agrupamento de Escolas... nos primeiros oito dias úteis de cada mês, reportada ao mês anterior, remetendo também para o segundo outorgante mapa extraído do sistema de gestão de refeições, onde conste, designadamente, o número de utentes do refeitório (alunos, professores e outros), o número alunos do escalão A e B, assim como o comprovativo da transferência.



4. Todas as aquisições a concretizar pelo segundo outorgante no âmbito do presente contrato devem ser realizadas de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 7.ª

Resolução do Contrato

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução dos contratos, este pode ser resolvido por qualquer um dos outorgantes, nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento das obrigações contratuais por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas;
 - c) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - d) Por acordo das partes;
2. A resolução do contrato determina a cessação da delegação de competências da Câmara Municipal no Diretor, produzindo efeitos a partir da data da assinatura do respetivo documento, que cumprirá com os mesmos formalismos legais verificados no presente contrato.

Cláusula 8.ª

Denúncia do Contrato

O presente contrato pode ser denunciado pelas partes, devendo, para o efeito, observar-se um aviso prévio de 90 (noventa) dias da data pretendida.

Cláusula 9.ª

Deveres de informação

1. Cada um dos Outorgantes, de boa-fé, informa o outro de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses, cumprimento ou boa execução do contrato.
2. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, o outorgante informa o outro do tempo ou da medida em que possivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 10.ª

Alterações ao contrato

1. O contrato poderá ser revisto sempre que ocorram motivos que justifiquem a sua alteração, nomeadamente:



- a) Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
 - b) A revisão seja indispensável para adequar o contrato aos objetivos pretendidos;
 - c) Alterações legislativas de carácter específico com impacto direto, indireto e relevante no desenvolvimento do objeto deste contrato;
 - d) Por proposta fundamentada de qualquer dos Outorgantes e aceite pelo outro;
 - e) Em qualquer outro caso em que haja consenso entre os Outorgantes;
2. Quaisquer alterações ao contrato constarão de aditamentos, assinados por ambos os Outorgantes, após serem cumpridos os respetivos formalismos legais.

Cláusula 11ª

Faltas e impedimentos do Diretor

Nas faltas e impedimentos do Diretor aplicam-se as normas constantes do Código do Procedimento Administrativo e o previsto no número 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, sendo substituído/a pelo/a Subdiretor/a.

Cláusula 12ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações entre as partes, estas deverão ser dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:
- a) Câmara Municipal de Braga — educa@cm-braga.pt
 - b) Agrupamento de Escolas de

Qualquer alteração dos contactos deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13.ª

Prazo

O presente contrato entrará em vigor na data da sua assinatura, mantendo-se vigente até ao final do ano letivo 2025/2026.

Cláusula 14.ª

Dúvidas e omissões



1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato, bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por acordo entre os dois outorgantes.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Câmara Municipal fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula 15.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e a execução do contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável

O presente contrato rege-se pelo disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, todos na sua redação atualizada, e demais legislação aplicável.

Cláusula 17.ª

Publicidade

O presente contrato será publicado no sítio de internet do Município de Braga e do Agrupamento de Escolas de...

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelos órgãos municipais.

E por ambos os outorgantes concordarem com o conteúdo integral do presente contrato e se obrigarem a cumpri-lo integralmente, o vão assinar em duplicado, ficando cada um com um exemplar.

A minuta deste contrato foi presente e aprovada em reunião de Câmara Municipal de _____, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo | à Lei n.º 75/2013, de 12 de



setembro, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de _____, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I, do mesmo diploma legal.

Braga, _____ 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Diretor do Agrupamento de Escolas,

(_____)

ANEXO A

Na elaboração das ementas, devem ser considerados os critérios e especificidades definidas nas orientações da DGE, no que concerne à constituição da refeição e à frequência de oferta dos produtos alimentares.

- Ementa mediterrânica

Componente da ementa	Frequência de oferta
Sopa	
Tipo creme/aveludado	≤ 2 vezes/ semana
Com leguminosas na base	≥ 1 vez/ semana
Prato	
Com carne de aves ou criação	≥ 1 vez/ semana



Com peixe gordo	≥ 1 vez/ semana
Prato de carne não fracionado	≥ 1 vez/ semana
Prato de pescado não fracionado	≥ 1 vez/ semana
Pratos à base de ovo	≥ 1 vez/ quinzenal
Com inclusão de leguminosas	≥ 1 vez/ semana
Com inclusão produtos de salsicharia	≤ 1 vez/ mês
Com inclusão de fritos	≤ 1vez/ quinzenal
Sobremesa	
Fruta da época em natureza	Diário
Fruta cozida/assada	≤ 1vez/ semana
Sobremesa doce	≤ 1vez/ quinzenal

- Ementa vegetariana

Componente da ementa	Frequência de oferta
Sopa	
Tipo creme/aveludado	≤ 2 vezes/ semana
Com leguminosas na base	≥ 1 vez/ semana
Prato	
Com leguminosas ou derivados de leguminosas	Diário
Com inclusão de fritos	≤ 1vez/ quinzenal
Sobremesa	
Fruta da época em natureza	Diário
Fruta cozida/assada	≤ 1vez/ semana



Sobremesa doce	≤ 1vez/ quinzenal
----------------	-------------------



ESTABELECIMENTO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A GESTÃO DE REFEITÓRIOS ESCOLARES DE GESTÃO DIRETA

PROPOSTA:

CONSIDERANDO:

1. O novo quadro de transferência de competências nos Municípios, na área da Educação, estabelecido no art.º 11 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
2. A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual;
3. Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também novas competências, designadamente e conforme o seu artigo 35º “os refeitório escolares dos estabelecimentos (...) dos ensinos básico e secundário é gerido pela câmaras municipais”;
4. Que o Município de Braga assumiu a transferência de competências na área de Educação a 1 de abril de 2022;
5. Que os refeitórios escolares da Escola Básica de Nogueira (Agrupamento de Escola Alberto Sampaio), da Escola Básica de Braga Oeste (Agrupamento de Escolas de Braga Oeste) e da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian não se encontram concessionados, pretendendo os seus Diretores manter a metodologia de funcionamento até à data;
6. Que o n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, prevê que as competências exercidas pela câmara municipal podem ser delegadas no diretor do agrupamento de escolas;

Propõe-se, nestes termos, que seja submetido a reunião do executivo municipal a minuta de contrato interadministrativo a celebrar com o Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas de Braga Oeste e Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian para a gestão dos refeitórios escolares, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posterior submissão a sessão da Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo 1, do mesmo diploma legal.

